

Paulo Roberto Lyrio Pimenta

Curso de **DIREITO**
TRIBUTÁRIO

2024

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

P644c Pimenta, Paulo Roberto Lyrio
Curso de Direito Tributário / Paulo Roberto Lyrio Pimenta - São Paulo: Editora
JusPodivm, 2024.
1024 p.

ISBN: 978-85-442-5182-9

1. Direito Tributário. 2. Administração Tributária. 3. Impostos. I. Pimenta, Paulo Roberto Lyrio. II. Título.

CDD 341.39

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1260478

Sumário

Apresentação	7
CAPÍTULO I – DIREITO TRIBUTÁRIO: CONCEITO, DENOMINAÇÃO, AUTONOMIA E RELAÇÕES COM OUTROS RAMOS DO DIREITO	23
1. Delimitação do objeto do estudo	23
2. Conceito de Direito Tributário	24
3. O destino da receita como objeto do direito tributário brasileiro	27
4. A “ciência do direito tributário”	28
5. Denominação	28
6. Características	29
7. Autonomia	30
8. Direito tributário formal e material	32
9. Relações com outros ramos do Direito	33
CAPÍTULO II – AS FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO	37
1. A expressão “fontes do direito”	37
2. As fontes formais do direito tributário brasileiro	38
2.1. O tratamento do direito positivo brasileiro	38
2.2. Constituição Federal	39
2.3. Emendas à Constituição	40
2.4. A lei complementar	40
2.4.1. Perfil constitucional	40
2.4.2. Hierarquia	41
2.4.3. As funções da lei complementar	42
2.4.4. O Código Tributário Nacional e a sua eficácia de lei complementar	45
2.4.5. Outras funções da lei complementar	46
2.4.6. A lei complementar em sentido formal	46
2.5. A lei ordinária	47
2.6. Medida Provisória	48
2.7. Lei delegada	51
2.8. Resoluções	51
2.9. Decreto Legislativo	52
2.10. Tratados internacionais	52
2.10.1. Os tratados perante o direito internacional	52
2.10.2. Os tratados sobre direitos humanos	55
2.10.3. Os tratados internacionais em matéria tributária	57
2.10.4. Eficácia – o art. 98 do CTN	58
2.10.5. Os tratados internacionais e a concessão de isenção de tributos estaduais e municipais	63
2.11. Decretos Regulamentares	64

2.12. Normas complementares.....	65
2.13. Atos jurisdicionais normativos que estabelecem normas gerais e abstratas.....	67
CAPÍTULO III – TRIBUTO: CONCEITO E FINALIDADES	69
1. Conceito	69
2. Conceito constitucional de tributo.....	71
3. O conceito financeiro de tributo	72
4. Conceito estabelecido pelo art. 3º do CTN	73
5. Importância do conceito do Código Tributário Nacional.....	76
6. Tributo incidente sobre atividade ilícita.....	77
7. Tributos “in natura” e “in labore”.....	78
8. O conceito do CTN e os modelos normativos de exigência do tributo.....	80
9. Finalidades dos tributos	81
9.1. Fim, finalidade, função, causa e motivo.....	81
9.2. Posição da doutrina nacional	83
9.3. Nossa posição.....	87
CAPÍTULO IV – ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS	91
1. Imposto.....	91
1.1. Perfil constitucional	91
1.2. Classificação dos impostos.....	95
2. Taxas.....	101
2.1. Evolução histórica no ordenamento brasileiro.....	101
2.2. Perfil constitucional	103
2.3. Modalidades	106
2.4. Base de cálculo possível	111
2.5. Admissibilidade de taxas extrafiscais.....	113
2.6. Distinções necessárias	116
3. Contribuição de melhoria	122
3.1. Evolução histórica.....	122
3.2. Perfil constitucional.....	125
3.3. Possibilidade de utilização com finalidades extrafiscais.....	128
4. Empréstimos compulsórios.....	128
5. Contribuições especiais	133
5.1. Perfil constitucional.....	133
5.2. Espécies.....	135
5.3. Admissibilidade da finalidade extrafiscal.....	147
6. Classificação dos tributos.....	149
6.1. Significado e importância das classificações no direito.....	149
6.2. Classificações doutrinárias.....	150
CAPÍTULO V – COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA E NORMAS GERAIS SOBRE LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	159
1. Poder de tributar	159
2. Competência tributária.....	160
3. As normas de competência na Teoria do Direito.....	161
4. O problema da obrigatoriedade do exercício da competência.....	163

5. Características da competência tributária	165
6. Técnicas de repartição de competência	167
7. Modalidades de competência	168
8. Normas sobre competência tributária estabelecidas pelo CTN.....	169
9. Normas de competência tributária, tipos e conceitos	172
10. A repartição da competência tributária no Estado Federal brasileiro.....	174
11. Normas gerais sobre legislação tributária	182
11.1. Origem e evolução.....	182
11.2. Significado da generalidade	185
11.3. Funções.....	186
CAPÍTULO VI – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR	191
1. As normas sobre competência.....	191
2. Identificando as limitações ao poder de tributar	193
3. As limitações na doutrina pátria.....	194
4. Modalidades.....	194
5. Suposta natureza principiológica das limitações	195
6. Principais limitações indiretas.....	196
6.1. Esclarecimentos necessários	196
6.2. Princípio do Estado Democrático de Direito	197
6.3. Princípio Republicano	198
6.4. Princípio Federativo	200
6.5. Princípio da Segurança Jurídica	200
6.5.1. Noção inicial.....	200
6.5.2. Natureza	202
6.5.3. Fundamentos constitucionais.....	203
6.5.4. Conteúdo.....	206
6.5.5. A segurança jurídica no âmbito do sistema constitucional tributário.....	208
6.5.6. A segurança jurídica no Código Tributário Nacional	209
6.6. O Princípio da Proteção da Confiança	211
6.6.1. Noção	211
6.6.2. Origem.....	212
6.6.3. Pressupostos para aplicação.....	214
6.6.4. Autonomia	215
6.6.5. Fundamentos constitucionais.....	215
6.6.6. Aplicação no Direito Tributário.....	216
6.6.7. Princípios da Administração Pública.....	217
6.6.8. Princípios da Ordem Econômica	217
6.6.9. Direitos fundamentais.....	218
6.6.10. Princípio da dignidade da pessoa humana.....	219
6.6.11. Fins estatais	219
7. Limitações diretas.....	219
7.1. Limitações diretas formais.....	219
7.1.1. Regra da legalidade (CF, art. 150, I).....	219
7.1.2. Regra da tipicidade (legalidade material).....	227
7.1.3. Regra da irretroatividade	231

7.1.4.	Regra da anterioridade.....	234
7.1.4.1.	Anterioridade do exercício.....	234
7.1.4.2.	Regra da anterioridade nonagesimal.....	236
8.	Limitações materiais.....	237
8.1.	Isonomia tributária.....	237
8.2.	Princípio da capacidade contributiva.....	241
8.3.	Proibição de tributo com efeito de confisco.....	253
8.4.	Proibição à vedação à liberdade de tráfego.....	257
8.5.	Vedações relacionadas à União.....	258
8.6.	Limitações previstas pela Emenda Constitucional nº 132/2023.....	261
	CAPÍTULO VII – IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS.....	267
1.	A delimitação da competência tributária.....	267
2.	Conceito de imunidades tributárias.....	267
3.	Classificação.....	270
4.	Distinções entre imunidade e isenção.....	271
5.	Imunidades e direitos fundamentais.....	272
6.	Imunidades previstas no art. 150, VI, da Constituição Federal.....	273
6.1.	Imunidade recíproca.....	273
6.2.	Imunidade das entidades religiosas.....	282
6.3.	Imunidades dos partidos políticos, entidades sindicais e das instituições de educação e assistência social.....	285
6.4.	Imunidade dos livros, jornais, periódicos e papel destinado a sua impressão.....	294
6.5.	Imunidade dos fonogramas e videofonogramas.....	297
7.	Imunidades específicas.....	299
8.	Imunidades das taxas.....	300
9.	Imunidade das contribuições sociais.....	302
	CAPÍTULO VIII – VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	305
1.	Vigência na Teoria do Direito.....	305
2.	Vigência das normas tributárias.....	306
2.1.	Aspectos gerais.....	306
2.2.	Vigência no espaço.....	307
2.3.	Vigência no tempo.....	309
3.	Aplicação das normas tributárias.....	311
3.1.	Significado da “aplicação do Direito”.....	311
3.2.	Os destinatários das normas do Código Tributário Nacional.....	312
3.3.	A aplicação imediata da legislação tributária.....	313
3.4.	Aplicação retroativa.....	314
3.4.1.	Retroatividade da lei interpretativa.....	314
3.4.2.	Retroatividade benigna em matéria de infrações.....	322
	CAPÍTULO IX – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA.....	325
1.	Hermenêutica: significados possíveis.....	325
2.	A interpretação jurídica.....	326
3.	A interpretação da lei tributária no Código Tributário Nacional.....	329
4.	Integração da legislação tributária.....	330

4.1.	A integração e o desenvolvimento do direito	330
4.2.	Regulamentação do CTN acerca da integração	331
4.2.1.	Aspectos gerais.....	331
4.2.2.	Os meios de colmatação das lacunas.....	332
5.	Os conceitos de direito privado no direito tributário.....	335
5.1.	A interpretação econômica do direito tributário.....	335
5.1.1.	Origem e evolução.....	335
5.1.2.	Vertentes	337
5.1.3.	A consideração econômica na doutrina brasileira.....	341
5.1.4.	Adoção pelo ordenamento brasileiro.....	343
6.	Significado e alcance do art. 109 do CTN.....	345
7.	Interpretação literal.....	348
8.	Interpretação em matéria de infrações tributárias.....	349
CAPÍTULO X – A RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA.....		351
1.	Problematização	351
2.	Principais concepções sobre a relação jurídico-tributária.....	352
2.1.	Concepções clássicas	352
2.1.1.	A teoria de Ernst Blumenstein.....	352
2.1.2.	A posição de Albert Hensel.....	354
2.1.3.	A teoria da relação jurídica complexa de Achile Donato Giannini.....	359
2.2.	Concepções dinâmicas: significado.....	362
2.2.1.	A teoria da função tributária.....	364
2.2.2.	A teoria da potestade de imposição.....	366
2.3.	Posição da doutrina nacional.....	369
3.	A obrigação tributária	372
3.1.	Natureza jurídica.....	372
3.2.	A obrigação tributária principal	373
3.3.	As obrigações acessórias.....	375
3.4.	A obrigação principal decorrente da prática de uma sanção.....	377
CAPÍTULO XI – O FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA		379
1.	Noção	379
2.	Origem	380
3.	Conceito	381
4.	A nomenclatura.....	383
5.	Classificação dos fatos geradores.....	385
6.	O fato gerador na Constituição Federal	387
7.	O fato gerador no Código Tributário Nacional.....	388
8.	Momento da ocorrência.....	389
9.	Eficácia.....	391
10.	A possibilidade de tributação dos atos ilícitos.....	392
11.	Fato gerador e presunções.....	396
12.	Norma geral antielisão	397
12.1.	O contexto da discussão	397
12.2.	A Lei Complementar nº 104/2001	400
12.3.	Constitucionalidade.....	401

12.4. Natureza	401
12.5. Conteúdo da norma	402
12.6. A teoria do propósito negocial	404
12.6.1. Doutrina do propósito negocial	404
12.6.1.1. Origem	404
12.6.1.2. Possibilidade de aplicação no ordenamento brasileiro	407
12.6.1.3. A aplicação da doutrina pelo CARF	411
13. Efeitos do fato gerador sobre a isenção e a imunidade	412
CAPÍTULO XII – OS SUJEITOS DA RELAÇÃO JURÍDICO-TRIBUTÁRIA	413
1. Os sujeitos da relação jurídico-tributária	413
2. Sujeito ativo	413
3. Sujeito passivo	415
3.1. Noções introdutórias	415
3.2. O contribuinte	417
3.3. Sujeição passiva indireta	419
3.3.1. Aspectos gerais	419
3.3.2. Modalidades	421
3.3.3. Parâmetros	423
3.3.4. Explicação doutrinária para a sujeição passiva tributária	424
3.3.5. Substituição tributária	425
3.3.6. A retenção na fonte	428
3.3.7. Solidariedade	429
3.4. As modalidades de responsabilidade tributária previstas expressamente pelo CTN	431
3.4.1. Responsabilidade por sucessão	431
3.4.2. Responsabilidade de terceiros por ato ilícito culposo	439
3.4.3. Responsabilidade de terceiros por ato ilícito doloso	441
4. Convenções particulares: eficácia perante o direito tributário	443
5. Capacidade tributária	443
6. Domicílio tributário	444
CAPÍTULO XIII – LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO	447
1. Surgimento da relação jurídico-tributária	447
2. Nascimento da relação jurídico-tributária	448
3. Crédito tributário e obrigação tributária perante o CTN	450
4. Conceito de lançamento tributário	451
4.1. Conceito previsto pelo CTN	451
4.2. Conceito teórico	452
5. Conteúdo do lançamento	454
6. Modalidades	455
6.1. Posição adotada pelo CTN	455
6.2. Lançamento por declaração	456
6.3. Lançamento de ofício	457
6.4. Lançamento por homologação	460
6.4.1. Procedimento	460
6.4.2. Natureza	461

7. Eficácia do lançamento.....	463
8. Moeda do lançamento.....	465
9. Legislação aplicável.....	466
10. Inalterabilidade do lançamento.....	467
11. Modificações dos critérios jurídicos do lançamento.....	469
12. Arbitramento.....	473
13. Questões controvertidas.....	474
13.1. Tributos sem lançamento	474
13.2. Lançamento e auto de infração	475
CAPÍTULO XIV – SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	477
1. Significado.....	477
2. Aspectos gerais	478
2.1. Competência para regular a suspensão da exigibilidade do crédito	478
2.2. Hipóteses de suspensão: semelhanças e dessemelhanças.....	479
2.3. Caráter taxativo das hipóteses de suspensão.....	481
2.4. Cumprimento das obrigações acessórias	482
2.5. Incidência dos juros e da multa de mora.....	483
2.6. A suspensão e a possibilidade de realização do lançamento tributário.....	485
2.7. Suspensão e modificação da natureza do crédito tributário	486
3. Hipóteses de suspensão.....	487
3.1. Moratória.....	487
3.2. Depósito do montante integral.....	493
3.3. Reclamações e os recursos administrativos.....	496
3.4. Concessão de medida liminar em mandado de segurança	498
3.5. Concessão de medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial	500
3.6. Parcelamento.....	501
4. Efeitos da suspensão sobre a decadência e a prescrição do Fisco	503
CAPÍTULO XV – EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	507
1. Aspectos gerais	507
2. O rol das causas extintivas previsto pelo art. 156 do CTN	508
3. Modo natural de extinção das obrigações: o pagamento.....	510
4. A consignação em pagamento	515
5. Compensação	518
6. Transação	525
7. Remissão	526
8. Decadência	528
9. Prescrição.....	535
10. Conversão do depósito em renda.....	540
11. Pagamento antecipado e homologação do lançamento.....	541
12. Decisão administrativa irreformável.....	542
13. Decisão judicial transitada em julgado.....	543
14. Dação em pagamento de bens imóveis.....	543

CAPÍTULO XVI – A REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO	545
1. Noção.....	545
2. Natureza da prestação efetuada.....	546
3. Fundamentos jurídicos da devolução	546
4. O direito à restituição	551
5. O pagamento indevido no CTN.....	552
6. Hipóteses de repetição	554
7. Caráter não taxativo da enumeração do art. 165.....	558
8. A repetição dos tributos indiretos	558
9. Restituição dos valores pagos a título de juros e de penalidades.....	560
10. Prazos	562
11. Restituição por meio da compensação	565
12. Repetição por fato superveniente.....	566
12.1. Significado	566
12.2. Declaração de inconstitucionalidade da norma impositiva tributária	566
12.3. Pressupostos da repetição	570
12.4. Limites da repetição.....	574
12.4.1. A coisa julgada.....	574
12.4.2. O lançamento definitivo e a prescrição.....	577
13. A repetição nos casos de tributos vinculados	578
14. Aplicação do art. 166 do CTN	579
15. Invalidação de negócio jurídico.....	580
16. Lei interpretativa.....	582
17. Pagamento antecipado	583
18. A antecipação direta	583
19. Exemplos de outras hipóteses.....	583
20. O prazo para a restituição por fato superveniente.....	584
CAPÍTULO XVII – EXCLUSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	589
1. Sentido da exclusão do crédito na sistemática do Código Tributário Nacional.....	589
2. Hipóteses de exclusão	590
2.1. Isenção	590
2.1.1. Teorias existentes na doutrina pátria.....	590
2.1.2. Modalidades.....	597
2.1.3. Disciplina do CTN	598
2.1.4. Figuras afins	601
2.2. Anistia	603
CAPÍTULO XVIII – INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	605
1. As infrações tributárias.....	605
2. Regulamentação pelo Código Tributário Nacional	606
3. A responsabilidade por infrações tributárias	607
3.1. Responsabilidade e o elemento subjetivo	607
3.2. Responsabilidade pessoal do agente	608
3.3. Denúncia espontânea da infração	610
4. As sanções tributárias.....	613
4.1. Relação entre norma e sanção.....	613

4.2.	A sanção na estrutura da norma jurídica.....	616
4.3.	Conceito e autonomia das sanções tributárias	617
4.4.	Princípios constitucionais aplicáveis às sanções tributárias.....	618
4.5.	Espécies de sanções tributárias.....	622
4.6.	Principais sanções previstas pela legislação federal.....	624
4.7.	Concurso de infrações e infrações continuadas.....	626
4.8.	Modos de extinção das sanções tributárias	627
5.	Crimes tributários	629
5.1.	Aspectos gerais.....	629
5.2.	Crimes previstos pelo art.1º da Lei nº 8.137-90.....	630
CAPÍTULO XIX – GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO		647
1.	Noção.....	647
2.	As garantias do crédito tributário	647
2.1.	Conceito.....	647
2.2.	Modalidades	649
2.3.	Aplicação das normas sobre garantias.....	650
2.4.	Distinções entre garantias, preferências e privilégios.....	650
2.5.	Classificação das garantias previstas no capítulo VI do CTN.....	651
2.6.	Competência para legislar sobre privilégios e garantias.....	653
2.7.	Questões controvertidas	654
2.7.1.	Intransferibilidade das garantias e privilégios	654
2.7.2.	Possibilidade de cessão de créditos	654
2.8.	Garantias previstas pelo CTN.....	655
3.	Preferências estabelecidas pelo CTN	658
CAPÍTULO XX – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA		665
1.	Administração Pública.....	665
2.	Competência e poderes dos agentes públicos em matéria de fiscalização.....	665
3.	O sigilo comercial em face da fiscalização	667
4.	Diligências de fiscalização	669
5.	Obrigações de prestar informações	671
6.	Sigilo bancário	672
7.	O sigilo fiscal.....	681
8.	Assistência mútua na Fiscalização.....	681
9.	Requisição de força policial.....	682
10.	Dívida Ativa.....	682
11.	Certidão negativa de débito.....	686
12.	Certidão positiva com efeito de negativa.....	690
13.	Recusa no fornecimento de certidão	692
14.	Certidão negativa e restrição de direitos fundamentais.....	693
15.	Dispensa de prova de quitação.....	693
16.	Expedição de certidão por erro, dolo ou fraude.....	694
CAPÍTULO XXI – IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO.....		697
1.	Aspectos gerais	697
2.	Regulamentação	697

3.	Pressuposto de fato.....	698
4.	A norma impositiva tributária.....	703
4.1.	Aspecto material.....	703
4.2.	Aspecto temporal.....	706
4.3.	Aspecto espacial.....	711
4.4.	Aspecto pessoal.....	712
4.5.	Aspecto quantitativo.....	715
5.	Regimes aduaneiros especiais.....	721
5.1.	Noção.....	721
5.2.	Aspectos gerais.....	722
5.3.	Modalidades.....	723
5.3.1.	Trânsito aduaneiro.....	723
5.3.2.	Admissão temporária.....	724
5.3.3.	Drawback.....	726
5.3.4.	Entrepasto aduaneiro.....	728
5.3.5.	Entrepasto industrial.....	729
5.3.6.	Recom.....	729
5.3.7.	Repetro.....	730
5.3.8.	Repex.....	730
5.3.9.	Loja Franca.....	731
5.3.10.	Depósito especial.....	732
5.3.11.	Depósito afiançado.....	732
5.3.12.	Depósito franco.....	733
5.3.13.	Zona Franca de Manaus.....	733
5.3.14.	Áreas de livre comércio.....	734
5.3.15.	Zonas de Processamento de Exportação.....	734
5.3.16.	Regime de tributação simplificada.....	735
5.3.17.	Regime de tributação especial para bagagem.....	735
	CAPÍTULO XXII – IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO.....	737
1.	Histórico.....	737
2.	Disciplina normativa.....	738
3.	Perfil constitucional.....	739
4.	Norma impositiva tributária.....	740
4.1.	Aspecto material.....	740
4.2.	Aspecto temporal.....	741
4.3.	Aspecto espacial.....	743
4.4.	Aspecto subjetivo.....	743
4.5.	Aspecto quantitativo.....	743
5.	Regimes aduaneiros especiais.....	745
	CAPÍTULO XXIII – IMPOSTO SOBRE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA... ..	753
1.	Histórico.....	753
2.	Disciplina normativa.....	755
3.	Perfil constitucional.....	755
3.1.	Exceção à anterioridade mínima.....	755
3.2.	Princípios constitucionais específicos.....	755

4.	Pressuposto de fato: o conceito de renda	758
4.1.	Teorias econômicas	758
4.2.	Teorias fiscais	760
4.3.	Conceito de renda no ordenamento brasileiro	763
5.	Norma impositiva tributária	764
5.1.	Aspecto material	764
5.2.	Aspecto espacial	768
5.3.	Aspecto temporal	772
5.4.	Aspecto subjetivo	774
5.5.	Aspecto quantitativo	776
CAPÍTULO XXIV – IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - IPI		783
1.	Histórico	783
2.	Disciplina normativa	784
3.	Perfil constitucional	784
3.1.	Exceções aos princípios da legalidade e da anterioridade	784
3.2.	Princípios constitucionais específicos	785
3.2.1.	Princípio da seletividade	785
3.2.2.	Princípio da não cumulatividade	786
3.2.2.1.	Conceito, origem, finalidade e vantagens	786
3.2.2.2.	Não cumulatividade e tributo sobre valor agregado: semelhanças e distinções	788
3.2.2.3.	Substituição tributária “para frente” e não cumulatividade	789
3.2.2.4.	Não cumulatividade e tributos monofásicos	790
3.2.2.5.	Não cumulatividade: regra ou princípio?	790
3.2.2.6.	Natureza do direito de abater	791
3.2.2.7.	A não cumulatividade do ICMS, IPI, PIS e COFINS: principais distinções	792
3.2.2.8.	Tributo não cumulativo e tributos indiretos	794
3.2.2.9.	A não cumulatividade do IPI: questões polêmicas	794
3.3.	Imunidade específica	797
4.	Norma impositiva tributária	797
4.1.	Aspecto material	797
4.2.	Aspecto temporal	802
4.3.	Aspecto espacial	803
4.4.	Aspecto subjetivo	804
4.5.	Aspecto quantitativo	805
CAPÍTULO XXV – IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO, CÂMBIO, SEGURO OU RELATIVA A TÍTULOS OU VALORES MOBILIÁRIOS - IOF		807
1.	Histórico	807
2.	Disciplina normativa	809
3.	Conceitos necessários	809
4.	Regime jurídico-constitucional do imposto	811
5.	A tributação do ouro	813
6.	Norma impositiva do Imposto sobre Operações de Crédito	814
6.1.	Pressuposto de fato	814

6.2. A norma impositiva tributária da incidência sobre operações de crédito realizadas entre pessoas físicas ou jurídicas e uma entidade financeira	816
6.2.1. Aspecto material	816
6.2.2. Aspecto espacial	820
6.2.3. Aspecto temporal	820
6.2.4. Aspecto subjetivo	821
6.2.5. Aspecto quantitativo	821
6.3. A norma impositiva do imposto incidente nas operações de crédito realizadas entre pessoas não financeiras (IO/Crédito não bancário)	826
6.4. A incidência sobre contratos de “factoring”	828
7. Norma impositiva do Imposto sobre Operações de Câmbio	831
7.1. Aspectos gerais	831
7.2. Norma impositiva tributária	832
8. Norma impositiva do Imposto sobre Operações Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários	833
9. Norma impositiva do Imposto sobre Operações de Seguros	840
10. Operações com o ouro	842
CAPÍTULO XXVI – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL – ITR	845
1. Histórico	845
2. Disciplina normativa	846
3. Pressuposto de fato	846
4. Perfil constitucional	847
5. Norma impositiva tributária	849
5.1. Aspecto material	849
5.2. Aspecto temporal	853
5.3. Aspecto espacial	853
5.4. Aspecto subjetivo	854
5.5. Aspecto quantitativo	856
6. Isenções	859
7. Lançamento	859
CAPÍTULO XXVII – IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS E DOAÇÃO - ITCMD	863
1. Histórico	863
2. Disciplina normativa	865
3. Norma impositiva do imposto sobre a transmissão causa mortis	866
3.1. Aspecto material	866
3.2. Aspecto temporal	870
3.3. Aspecto espacial	871
3.4. Aspecto subjetivo	874
3.5. Aspecto quantitativo	875
3.6. O lançamento no imposto sobre a transmissão <i>causa mortis</i>	880
4. Norma impositiva do imposto sobre a transmissão a título gratuito <i>inter vivos</i>	881
4.1. Aspecto material	881
4.2. Aspecto temporal	883
4.3. Aspecto espacial	884

4.4. Aspecto pessoal	885
4.5. Aspecto quantitativo.....	885
CAPÍTULO XXVIII – IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS.....	887
1. Disciplina normativa	887
2. Princípios constitucionais específicos.....	888
3. Norma impositiva tributária.....	888
3.1. Aspecto material	888
3.1.1. Operações mercantis	888
3.1.2. Incidência sobre a prestação de serviços de transporte	891
3.1.3. Prestação de serviços de comunicação	893
3.1.4. Incidência na importação de bens.....	896
3.2. Aspecto espacial	897
3.3. Aspecto temporal.....	899
3.4. Aspecto subjetivo.....	901
3.5. Aspecto quantitativo.....	903
3.5.1. Base de cálculo	903
3.5.2. Alíquotas.....	907
4. Imunidades	911
CAPÍTULO XXIX – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES.....	913
1. Histórico.....	913
2. Disciplina normativa	914
3. Norma impositiva tributária.....	914
3.1. Aspecto material	914
3.2. Aspecto temporal.....	918
3.3. Aspecto espacial	920
3.4. Aspecto subjetivo.....	921
3.5. Aspecto quantitativo.....	924
3.5.1. Base de cálculo	924
3.5.2. Alíquotas.....	926
4. Imunidades e isenções.....	927
5. Questões controversas	928
5.1. Pagamento de multas	928
5.2. Restrições de vendas.....	928
5.3. Apreensão de veículos	928
5.4. Lançamento e prazo de prescrição.....	929
CAPÍTULO XXX – IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA	931
1. Disciplina normativa	931
2. Evolução histórica	931
3. Pressuposto de fato.....	933
4. Norma impositiva tributária.....	935
4.1. Aspecto material.....	935
4.2. Aspecto temporal.....	937
4.3. Aspecto espacial	938

4.4. Aspecto subjetivo.....	941
4.5. Aspecto quantitativo.....	946
CAPÍTULO XXXI – IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER VIVOS, A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO	953
1. Disciplina Normativa.....	953
2. Norma impositiva tributária.....	954
2.1. Aspecto material.....	954
2.2. Aspecto temporal.....	957
2.3. Aspecto espacial	959
2.4. Aspecto subjetivo.....	960
2.5. Aspecto quantitativo.....	962
3. Imunidade	966
CAPÍTULO XXXII – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.....	971
1. Histórico.....	971
2. Disciplina normativa	975
3. Pressuposto de fato constitucional	975
4. A norma impositiva tributária.....	980
4.1. Aspecto material.....	980
4.2. Aspecto temporal.....	987
4.3. Aspecto espacial	988
4.4. Aspecto subjetivo.....	991
4.5. Aspecto quantitativo.....	992
5. Imunidade	995
CAPÍTULO XXXIII – IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS.....	997
1. Aspectos gerais	997
2. Características do Imposto sobre Bens e Serviços.....	998
3. Legislação aplicável.....	999
4. Norma impositiva tributária possível.....	999
4.1. Aspecto material.....	999
4.2. Aspecto temporal.....	1000
4.3. Aspecto espacial	1000
4.4. Aspecto subjetivo.....	1000
4.5. Aspecto quantitativo.....	1001
5. Regimes jurídicos especiais.....	1003
6. Comitê Gestor.....	1008
7. Período de transição	1010
8. Início da cobrança do tributo.....	1012
9. Distribuição do produto da arrecadação do IBS.....	1014
10. Desoneração da cesta básica	1018
11. Imposto seletivo.....	1018
12. Desvinculação de receitas	1019